



Esboços: Histórias em Contextos Globais

ISSN: 2175-7976

Universidade Federal de Santa Catarina, Brazil

Marino, Ian Kisil; Gajanigo, Paulo Rodrigues;
Souza, Rogério Ferreira de; Nicodemo, Thiago Lima
COMO CONTAR A HISTÓRIA DA COVID-19? REFLEXÕES
A PARTIR DOS ARQUIVOS DIGITAIS NO BRASIL

Esboços: Histórias em Contextos Globais, vol. 28, núm. 48, 2021, Maio-Agosto, pp. 558-583
Universidade Federal de Santa Catarina, Brazil

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2021.e80966>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=594073154016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

COMO CONTAR A HISTÓRIA DA COVID-19? REFLEXÕES A PARTIR DOS ARQUIVOS DIGITAIS NO BRASIL

How to present the history of Covid-19? reflections based on digital archives in Brazil

Ian Kisil Marino^a

 <https://orcid.org/0000-0002-6584-834X>
E-mail: iankmarino@gmail.com

Paulo Rodrigues Gajanigo^b

 <https://orcid.org/0000-0001-5076-8921>
E-mail: gajanigo@gmail.com

Rogério Ferreira de Souza^c

 <https://orcid.org/0000-0002-5838-6810>
E-mail: rogeriosouza@iuperj.br

Thiago Lima Nicodemo^a

 <https://orcid.org/0000-0002-1588-0683>
E-mail: tnicodemo@gmail.com

^a Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, SP, Brasil

^b Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciências Sociais, Niterói, RJ, Brasil

^c Universidade Candido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O panorama de arquivamento digital da pandemia da Covid-19 no Brasil é um eixo argumentativo que possibilita a reflexão sobre temas como: as possibilidades de escrita da história da Covid-19 em escala global; a infraestrutura de arquivos digitais; a construção coletiva de acervos por uma rede de projetos paralelos no país; as características da produção social e do teor documental dos registros preservados nessas iniciativas. O cenário pandêmico catalisa e desnuda problemas concernentes à memória, aos arquivos e à história que não são novos, mas se veem diante de uma ocasião propícia para avanços teóricos e práticos relevantes — que vão do aprimoramento infraestrutural à revisão das balizas epistemológicas para a construção da memória e da história em escala global.

PALAVRAS-CHAVE

Covid-19. Humanidades Digitais. Memória.

ABSTRACT

This article aims to present an overview of the digital archiving related to the Covid-19 pandemic in Brazil as an argumentative approach that allows the study of topics such as: the possibilities of writing the history of Covid-19 at a global scale; the infrastructure of Brazilian digital archives; the joint construction of collections by a network of institutions and projects that have been operating alongside and progressively in the country; the social production and documentary content of the records preserved by these initiatives. Lastly, we seek to support that the scenario caused by the pandemic catalyzes and unveils problems concerning memory, archives, and history that are not novel but are at a fruitful moment for relevant theoretical and practical advances — from infrastructure improvement to the revision of epistemological references to build memory and history at a global-scale.

KEYWORDS

Covid-19. Digital Humanities. Memory.

Na medida em que a Covid-19 espalhou-se mundo afora como uma força motriz da natureza, o diagnóstico indicado por Sebastian Conrad (2016, p. 223-230) como constante nos esforços de construção de uma história global — o binômio centro/periferia ou o eurocentrismo — viu-se diante de uma situação inédita: uma boa história da Covid-19 deve dar conta daqueles que a viveram mais intensamente, por mais negativas que sejam as suas experiências. Estimou-se que, no final de 2020, mais de 231 milhões de pessoas viveriam na pobreza e que 54% da mão de obra no subcontinente se daria na informalidade — uma tragédia, infelizmente, protagonizada pelo Brasil. Com efeito, trata-se de um quadro dramático em que, para a maior parte dessa população, não há condições materiais de prevenção e cuidados adequados ao novo coronavírus (COVID-19..., 2020). A história da Covid-19 deve tratar da América Latina, e, em especial, do Brasil, que se destaca no mundo pela sua dramática condição. Entretanto, quais serão as fontes para a realização de tal estudo?

Como resposta à pandemia, surgiram diversas iniciativas de arquivamento de evidências desse período, sobretudo utilizando-se de tecnologias digitais. Em nível global, diferentes agentes — universidades, arquivos estatais, organizações privadas e pessoas comuns — passaram a coletar registros em arquivos digitais colaborativos inspirados na técnica de *crowdsourcing*. Como esses novos indícios poderão ser mobilizados em pesquisa? Trata-se de documentos que podem ser considerados arquivísticos, na medida em que serão organizados em séries e comporão coleções; e trata-se de fontes históricas em potencial, na medida em que se constituem como vestígios de um tempo passado, passíveis de análise e crítica por historiadores. Mas sua natureza é diversa, instável e, muitas vezes, efêmera. Muitos desses vestígios são produzidos por indivíduos nos seus aparelhos portáteis e circulam em redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* ou *Twitter*, enfrentando-se o problema de como guardar algo de consumo tão efêmero, registrado em uma plataforma privada em caráter permanente e público. Outros vestígios sequer podem-se visualizar enquanto tais: são grupos de WhatsApp, conversas em SMS, memórias de aplicativos que se perdem nos serviços de armazenamento em “nuvens”, dentre tantas outras evidências de passados que se perdem diante da impossibilidade de um agenciamento humano de uma quantidade avassaladora de informações. Como lidar com o emaranhado de questões que emergem com o arquivamento digital?

Buscando responder a essas questões, propõe-se a observação do panorama arquivístico digital de resposta à pandemia de Covid-19 no Brasil. Defende-se que esse recorte permite avançar conceitualmente sobre temas chave de valência global, possibilitando uma profunda revisão dos critérios metodológicos e teóricos para a escrita da história da Covid-19. Inicialmente, será discutida a problemática teórica do arquivo sob um olhar historiográfico, com enfoque na categoria “arquivo digital”. Em seguida, aborda-se as experiências dos arquivos digitais brasileiros da Covid-19, identificando diversos casos de acervos e documentos digitais das iniciativas no país e as particularidades da produção desses registros em contexto de isolamento social e por meio do chamado *crowdsourcing*. Utilizamos como chave analítica a dicotomia “arquivo formal/informal”, como forma de compreender as tensões entre arquivos estatais e coleções do cotidiano da pandemia no contexto digital. Com isso, pretendemos indicar caminhos de interpretação da transformação arquivística contemporânea, matizados e acelerados pelo evento limite global da pandemia. Por fim, apresenta-se encaminhamentos teóricos para a compreensão do arquivo digital

como vetor imprescindível para a construção da história da Covid-19, bem como seus reflexos sobre o entendimento da história global.

ARQUIVOS DIGITAIS

“O historiador tende a ficar atento aos tempos dos eventos aos quais o documento se refere, mas não toma o documento mesmo como evento, como acontecimento de um dado tempo, que indica e emite signos desse tempo, em toda a sua extensão e em todos os seus aspectos”, pontua Durval Muniz de Albuquerque (2019, p. 67). Para além de seus conteúdos, o que o documento histórico digital diz sobre seu tempo? Deve-se atentar ao formato, às marcas autorais, aos recursos sonoros e visuais. Como foi produzido? Por quem? Por quê? Tais questões, singulares a cada documento, são inescapáveis ao ofício do historiador. No entanto, há questões estruturais, relevantes em valência global quando se trata da preservação e acesso a documentos históricos: Qual o caminho percorrido pelos documentos para que sejam arquivados e, depois, acessados? O que se passa entre os registros digitais individuais, sua preservação e, posteriormente, sua disponibilização aberta na internet? Todas essas questões remetem ao arquivo, instância moduladora de memórias e fontes em potencial que, frequentemente, é menosprezada em estudos historiográficos. “Mas por que nunca perguntamos pela origem do próprio arquivo?”, questiona de Albuquerque (2019, p. 58), sugerindo em seguida:

Essa origem nunca é politicamente neutra. O arquivo instaura um comando, encarna uma lei, ele é instituído e instituinte. Ele instaura uma lei da seleção, da separação, da designação do que é arquivável ou não. Ele se institui como um espaço à parte, como um espaço de guarda, de classificação, de ordenamento, de avaliação, de nomeação, de distribuição de significação, do que é ali depositado.

O arquivo digital requer atenção teórica de historiadores, como qualquer outro. Há particularidades na configuração das operações realizadas nesse tipo de arquivo, entretanto, que sublinham a importância da análise crítica de seu funcionamento. A codificação binária, o processamento de bits na disponibilização de documentos, a presença de softwares e provedores privados na viabilização do armazenamento e as plataformas de rede envolvidas na interface de acesso aos arquivos digitais são fatores inéditos, que necessitam de contemplação urgente — pois já se apresentam como recursos amplamente utilizados. Tais elementos desdobram-se em dilemas sérios. Por um lado, a implementação de arquivos digitais — em iniciativas natodigitais ou na digitalização de acervos — é importante para a constituição e acesso público a acervos outrora restritos a especialistas e visitas presenciais. Por outro, a presença de grandes corporações e a instabilidade de linguagens e plataformas de amplo acesso ameaçam a segurança e aventurem a monetização da custódia de documentos particulares ou de interesse público.

A relevância historiográfica do estudo de arquivos se deve ao fato de se tratar de uma instância de determinação da preservação de evidências — sem as quais não seria possível o trabalho do historiador (WIMMER, 2015). O estudo de arquivos se justifica, portanto, primeiramente pela necessidade de determinação

de proveniência documental, inseparável da crítica das fontes. Em se tratando de arquivos digitais, torna-se difícil a determinação da proveniência dessa “pré-história”, como chamou Andreas Fickers (2012). A enorme quantidade de dados circulantes e arquivados na internet ou em discos rígidos articula-se em um emaranhado de difícil apreensão (BRÜGGER; SCHROEDER, 2017). A constante atualização tecnológica gera uma rápida substituição de plataformas, desafiando a consolidação de critérios arquivísticos uniformes e estáveis. Por esses motivos, a contextualização documental desenha-se como um dos principais desafios de arquivistas e historiadores no meio digital. Soma-se a isso o risco de inviabilização de aspectos relevantes ao registro digital, considerando que plataformas não são apenas meios de captação de registro, mas um ambiente no qual o dado é construído por meio de ferramentas de interações (BARICELLO; CARVALHO, 2013).

O estudo de arquivos digitais por historiadores tem se desenvolvido sob o guarda-chuva das chamadas humanidades digitais e, em particular, da história digital. Como apontou Arjun Sabharwal (2015), as bases de dados digitais são pré-condições para as atividades de ambos os campos no século XXI, ainda que eles não sejam homogêneos. As humanidades digitais remetem às primeiras atividades de classificação e análise em bancos de dados computadorizados, ainda em meados dos anos 1940 (BUSI, 2005). Com o aprimoramento tecnológico da virada do século, as humanidades digitais revitalizaram-se em experiências de pesquisa e divulgação científica interessadas na reconfiguração dos preceitos de escala e escopo, em frentes diversas, como por exemplo: o *distant reading* proposto por Franco Moretti (2013) no campo da crítica literária; a visualização espacial de mapas históricos a partir de Sistemas de Informação Geográfica, como no *The Imperia Project* (DAVIS CENTER, 2018), da Universidade de Harvard; ou a conhecida proposta de Jo Guldi e David Armitage (2017) de revitalização da *long durée* nos estudos históricos a partir do Big Data.

A história digital possui menor consolidação institucional do que as humanidades digitais, particularmente no Brasil. No entanto, isso não diminui a sua relevância, na medida em que busca as especificidades historiográficas em meio ao advento digital — o que é fundamental para o condicionamento da pesquisa, do ensino e da inserção profissional e social da história e dos historiadores na contemporaneidade (ALVES, 2020). As frentes do campo, que ascendeu com maior força na virada do século, caminham em, pelo menos, três direções: a tentativa de uma história social das tecnologias digitais; o uso do digital — sobretudo da internet — para catalisar projetos de produção e consumo de história alinhados à história pública; e, por fim, a reflexão teórico-metodológica que procura compreender o impacto do digital sobre a constituição disciplinar da história (ROSENZWEIG, 2011). Muitas das iniciativas de memória da Covid-19 que serão discutidas adiante abarcam-se na segunda concepção de história digital. Todavia, reconhecemos este trabalho na terceira intenção, na qual possuem maior centralidade os arquivos digitais — pela já mencionada onipresença dessas instâncias no ofício de historiador.

No Brasil, a problemática dos arquivos digitais ganhou força na década de 2000, com a digitalização de acervos físicos. Dali em diante, estabelece-se um processo de digitalização no qual o “potencial está ainda por ser realizado, ou tem sido realizado de forma bastante desigual regionalmente”, como caracterizou Mariana Valente (2017, p. 7). Embora tenha se desenhandando um processo de digitalização de larga escala com o Plano Nacional de Cultura (2010), os resultados foram pouco

profícuos. Alguns casos de relativo sucesso empreenderam grandes campanhas de digitalização, proporcionando avanços nos procedimentos técnicos e no uso de softwares livres, como o acervo da Biblioteca Brasiliana Mindlin (Biblioteca Brasiliana Digital) e da Biblioteca Nacional (BNDigital). No país como um todo, entretanto, a digitalização de acervos é marcada pela precarização, que atinge todas as esferas do processo: o planejamento, a capacitação profissional, a infraestrutura e os programas de financiamento (VALENTE, 2017).

Para além das iniciativas de digitalização, a categoria arquivo digital inclui também coleções nato-digitais, ou seja, compostas por documentos nascidos em formatos digitais. Se, em teoria, é mais fácil garantir o armazenamento digital desses documentos, catalisam-se problemas arquivísticos fundantes da área, em meio a abundância e comodidade de custódia, como discutiu Terry Cook (2018, p. 62-67): Quais documentos devem ser arquivados? Como organizar essa enormidade de dados? Como determinar a procedência e a originalidade desses documentos? Trata-se de questões que não são novas à arquivologia, mas muitos historiadores e arquivistas têm retornado a elas, encaminhando-se rumo a um “paradigma pós-custodial” (COOK, 2018, p. 62). Esses dilemas tornam-se ainda mais desafiadores quando se distancia de arquivos formais, estatais ou privados. Com a proliferação de aparatos pessoais de registro e produção audiovisual, multiplicou-se a quantidade de indivíduos e grupos capazes de produzir documentos digitais e, por consequência, arquivá-los, pelo uso de memórias rígidas e plataformas de armazenamento online. Essas múltiplas coleções, frequentemente dispostas em redes sociais, compõem arquivos muito diferentes dos estatais ou pessoais consolidados — em termos de temas compreendidos e, principalmente, quanto aos critérios envolvidos. O arquivamento digital da Covid-19 vem se desenvolvendo nesses termos e, para compreendê-lo, propõe-se contemplar os subsídios que o panorama brasileiro pode oferecer.

OS ARQUIVOS DA COVID-19 NO BRASIL

Buscando respostas teóricas e metodológicas para o tratamento de coletâneas de documentos mantidos por indivíduos e organizações fora da alcada estatal, Adam Auerbach (2018) propôs a categoria “arquivos informais” — sem endereçar diretamente o meio digital, no entanto. Segundo ele, que se dedicou a coleções de favelas e comunidades marginalizadas na Índia, arquivos informais podem ser mantidos por um indivíduo ou por uma coletividade, bem como podem ser ou não institucionais. Eles abrigam recursos históricos relacionados a tópicos que normalmente escapam à história e à memória oficiais, como as experiências de minorias e grupos marginalizados, além da experiência histórica de pessoas comuns (AUERBACH, 2018, p. 346-348). Em geral, arquivos estatais dedicam-se primordialmente à delimitação de temporalidades arquivísticas direcionadas a documentos produzidos pelo aparelho estatal. São arquivos formais, assim, por se responsabilizarem pelos critérios e pela custódia de massas documentais decorrentes do cotidiano de instâncias ligadas à burocracia estatal (BELOTTO, 2006). Arquivos pessoais de grandes personalidades, por outro lado, ascenderam em meados do século XX como repositórios que iam além dos limites dos arquivos estatais, por mesclarem elementos da vida pública e privada em suas coleções (IUMATTI; NICODEMO, 2018). No entanto, também se trata de arquivos formais, pelo fato de a composição dos acervos responder a critérios

previos e bem circunscritos aos interesses dos titulares — ou de seus representantes (ROUDINESCO, 2006).

Por esses motivos, os arquivos informais se situam no limiar entre a vivência histórica dos indivíduos e as memórias que o Estado não tem capacidade ou disposição para reconhecer. Eles são caracterizados, num primeiro nível, pela localização incerta e pela ausência de sistematização rigorosa de sua documentação. Isso não significa, no entanto, que as iniciativas de arquivamento informais sejam secundárias: mais do que complementares às instâncias tradicionais, os arquivos informais delineiam uma atuação política de concorrência à autoridade e à soberania do agenciamento arquivístico tradicional, de certo modo (NICODEMO; SILVEIRA; MARINO, 2021). Não quer dizer, entretanto, que arquivos informais não possam decorrer de uma iniciativa institucional: arquivos estatais, por exemplo, podem perfeitamente incentivar projetos passíveis da caracterização de informais, desde que o processo de construção do acervo escape do controle que caracteriza os arquivos formais. O caso dos arquivos informais digitais decorrentes de eventos trágicos disruptivos é exemplar nesse sentido: mesmo muitas vezes vinculados a instituições de memória consolidadas, eles documentam evidências do cotidiano de pessoas comuns, até mesmo anônimas, tensionando com formas de controle (identificação e localização) previstas em iniciativas arquivísticas tradicionais, estatistas ou ligadas a grandes personalidades. Como pontuou Auerbach (2018, p. 345), arquivos informais caracterizam-se por se organizarem sob localizações não mapeadas (*unmapped locations*). Para além do sentido geográfico, é a ampla imersão em tecnologias digitais incertas — como redes sociais ou provedores privados — que, do ponto de vista da proveniência arquivística, permite qualificar muitas coleções digitais como informais.

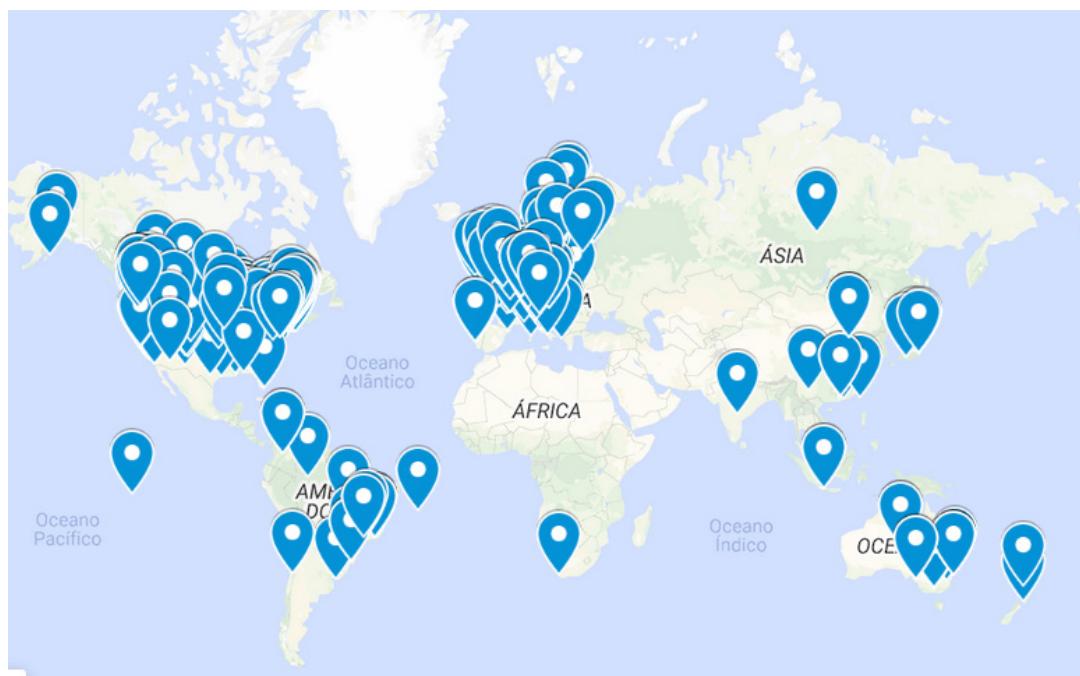
A relação entre historiadores e os arquivos digitais informais se estreitou a partir do destaque alcançado pelo *September 11th Digital Archive*, nos Estados Unidos (cf. JARVIS, 2010). Aberto em março de 2002, no marco de seis meses da ocorrência dos atentados do 11 de Setembro, o arquivo se destacou por seu alcance — abrigando cerca de 150 mil objetos digitais — e pelo sucesso na construção de um acervo colaborativo que, sem a participação voluntária online, não existiria. Com efeito, o *September 11th Digital Archive* inaugurou um modelo de arquivamento online que seria repetido inúmeras vezes desde então, qual seja, o *crowdsourcing* de testemunhos entre o público, construindo seu acervo a partir dos materiais enviados pelos usuários. No caso de eventos disruptivos inesperados, como a pandemia da Covid-19, o *crowdsourcing* tornou-se o meio mais comum para a construção de arquivos digitais — como bem matiza o caso brasileiro.

De dezembro de 2019, momento em que se comunicou à Organização Mundial da Saúde (OMS) a manifestação da doença viral ocasionada pelo novo coronavírus em Wuhan, na China, à decretação de estado pandêmico, em março de 2020, começava-se a suscitar em nível global a possibilidade de isolamento físico. Até dezembro de 2020, quando se iniciaram as primeiras campanhas de vacinação em alguns países, o estabelecimento de quarentenas, *lockdowns*, interdições de trânsito e de outras medidas de isolamento fizeram parte do cotidiano de todo o mundo. Mesmo em 2021, com os sinais da desigualdade global refletidos na dinâmica de vacinação, a temática do distanciamento físico segue uma pauta que, mesmo variável conforme condições específicas, tem marcado a vida das pessoas durante a pandemia. Nesse contexto, as tecnologias digitais foram essenciais para a rápida transmissão de informações, com destaque para os alertas sobre o número de contaminados e mortos e para os

protocolos de prevenção. A adoção do trabalho, do ensino e do lazer remotos, mediada por softwares de comunicação online, tornou-se comum no mundo em quarentena. O compartilhamento de informações e experiências em mídias e por pessoas não especializadas incorporou-se ao cotidiano (GONZÁLEZ-PADILLA; TORTOLERO-BLANCO, 2020).

As iniciativas brasileiras de arquivamento digital da Covid-19 se iniciaram de março de 2020 em diante. Trata-se de experiências em plena fase de implementação, de modo que não há como saber quais delas terão êxito. Já há projetos interessados na realização de mapeamentos amplos das iniciativas a nível global, como o *Mapping Public History Projects about COVID 19* (BRIDGING, 2020), realizado pela *International Federation for Public History* (IFPH) — em parceria com a organização Made By Us. O levantamento utiliza-se de uma ferramenta de georreferenciamento vinculada ao Google para compor um mapa global interativo dos arquivos da pandemia (Imagem 1). No entanto, a maioria dos arquivos da plataforma remete aos Estados Unidos e à Europa, de modo que regiões historicamente periféricas, como a África e a América Latina, encontram-se sub-indexadas, demandando uma pesquisa empírica mais individualizada. Propõe-se discutir apenas alguns desses arquivos no Brasil, compondo uma amostra diversa com potencial enunciativo de problemas arquivísticos globais.

Imagem 1 - Sub-indexação das iniciativas do Sul Global no projeto *Mapping Public History Projects about COVID 19*



Fonte: Bridging, *the IFHP–FIHP Blog* (BRIDGING, 2020).

A prática do *crowdsourcing* vem sendo adotada na maioria dos arquivos da Covid-19 brasileiros. O projeto *Testemunhos do Isolamento* (AGCRJ, [2020]), capitaneado pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, disponibiliza formulários do Google para o compartilhamento de experiências. Outra iniciativa baseada nessa ferramenta é a *Memórias Covid-19* (MEMÓRIAS COVID-19, 2021), realizada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ambas compartilham a indefinição

quanto à procedência de seus documentos que, por sua vez, potencializam estudos históricos que provavelmente não seriam possíveis sem a informalidade corrente nos arquivos. Uma postagem no *Instagram* da iniciativa da Unicamp (Imagen 2) inicia a legenda com a questão: “O que as crianças acham da pandemia?”. No caso, documenta-se um desenho feito a lápis de cor, mostrando pessoas nas janelas de um prédio, ruas vazias, golfinhos solitários no mar e, ao fundo, o nome “Jesus” sobre uma montanha. O relato pictórico endereça a uma criança de Guarapari, cidade litorânea no estado do Espírito Santo. Trata-se de uma evidência recheada de possibilidades de análise e, embora aqui não se possa interpretá-la justamente, é possível indicar que, não fosse a iniciativa informal em questão, tal registro não estaria preservado.

Imagen 2 - Exemplo de vestígio histórico de uma criança durante a Covid-19



Fonte: Memórias Covid-19 (2021).

Apesar da prevalência do *crowdsourcing*, há arquivos digitais da Covid-19 que seguiram outras técnicas de constituição de acervos, como a *Transparência COVID-19 2.0* (OPEN KNOWLEDGE BRASIL, 2020), coordenada pela Open Knowledge Brasil, que disponibilizou um banco de dados sobre o perfil e a geolocalização de infectados e mortos. Esses dados, raspados de instituições públicas e privadas por meio de técnicas de programação computacional, são dispostos em gráficos interativos e relatórios informativos em uma *website* próprio, conotando um arquivo autônomo de ampla sofisticação técnica. Uma abordagem semelhante foi realizada pelo físico *Wesley Cota*, que possui uma iniciativa própria de coleta, análise, visualização de dados e conteúdo científico sobre a pandemia no Brasil e na Espanha (WESLEY COTA, [2020]). Esses dois exemplos ilustram um teor político que é comum nas iniciativas de arquivamento da Covid-19. Se o arquivo é um dispositivo de poder, conforme a interpretação de Michel Foucault (1986) e Jacques Derrida (2001), as políticas de memória capitaneadas pelo Estado ou por arquivos de grandes personalidades envolvem certo controle sobre os recursos de composição de narrativas sobre o passado. Entretanto, com a ascensão de iniciativas de arquivamento digital independentes e autônomas — sejam de produção documental original ou *crowdsourcing* — criam-se diversas instâncias de memória paralelas e concorrentes, muitas vezes tratando de temas correlatos. A pandemia é um ótimo exemplo nesse sentido, já que as iniciativas têm a capacidade de articulação de evidências históricas em discursos de embate político que tensionam os parâmetros de agenciamento característicos do quadro arquivístico tradicional. No caso desses dois arquivos, em particular, é interessante pensar que eles exercem um papel de concorrência com o Estado sobre a disponibilização de dados em um sentido público, principalmente a partir do momento em que o Ministério da Saúde — desarticulado após conflitos diretos com o presidente Jair Bolsonaro — deixou de publicar dados organizados sobre o número de infectados e mortos pelo novo coronavírus (MACHADO *et al.*, 6 jun. 2020).

O sentido político dos arquivos informais, para além do estabelecimento de concorrência com poderes estabelecidos, oferece a possibilidade de preservação de vestígios de personagens históricos que, na estrutura arquivística tradicional, seriam provavelmente ignorados. Assim, diversos arquivos digitais da Covid-19 apresentam um teor identitário de autolegitimação, como ocorre na iniciativa *Coronavírus nas favelas* (DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO, 2020), organizada pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco, no Brasil. Utilizando-se da ferramenta wiki — inspirado no já consagrado modelo de rede colaborativa de verbetes online da Wikipédia — trata-se de um dos arquivos informais mais completos e interessantes do país (Imagen 3). A página comprehende levantamento de fundos, protocolos de prevenção, mapeamentos e contabilização de dados independentes, editais e formas de contribuição financeira, relatos e links para diversos outros arquivos de olhar específico às favelas. No acervo, é possível identificar evidências sobre as formas de organização autônoma das comunidades, face ao descaso do poder público. Da mesma forma, indicam-se a iniciativas que documentam o cotidiano das favelas, em geral ignorado pelas instâncias de memória formais. O trabalho do *Varal de Emoções*, por exemplo, representa a atuação voluntária de duas moradoras do complexo de favelas da Rocinha, no Rio de Janeiro, que registram cenas do cotidiano em meio à pandemia — desde o isolamento até a situação do comércio local durante o período (VARAL DE EMOÇÕES, 2021).

Imagen 3 - Abordagem wiki para composição de um acervo informal colaborativo sobre a Covid-19 nas favelas brasileiras



Coronavírus nas favelas

A equipe do **Dicionário de Favelas Marielle Franco** apresenta um compilado de informações sobre o Novo Coronavírus nas favelas do Brasil. Reunindo pesquisas, reportagens, fotos, vídeos, comentários, artigos, ensaios e reflexões acadêmicas sobre os impactos do coronavírus na vida das favelas, pretendemos fortalecer o enfrentamento ao vírus nos locais.

[Veja os verbetes produzidos pela equipe até o momento:](#)

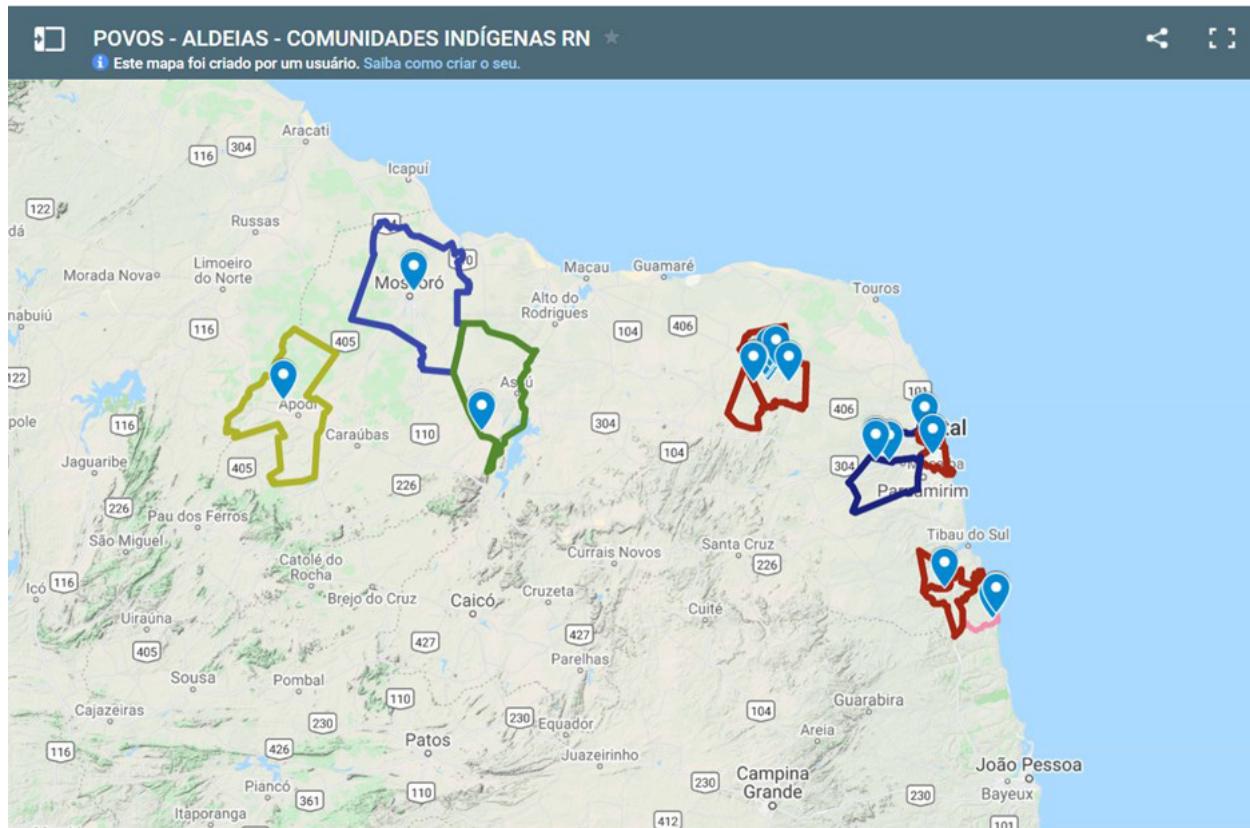
[Índice \[ocultar\]](#)

- [1 Como ajudar as favelas em tempos de coronavírus](#)
- [2 Fundos para projetos de combate ao coronavírus nas favelas](#)
- [3 Notícias sobre coronavírus nas favelas](#)
- [4 Materiais e audiovisuais sobre coronavírus produzidos pela e para favelas](#)
- [5 Análises e propostas sobre a realidade do coronavírus nas favelas](#)
- [6 Coletivos em ação contra o coronavírus](#)
- [7 Painéis sobre coronavírus nas favelas](#)

Fonte: Dicionário de Favelas Marielle Franco (2020).

Da mesma forma que o Dicionário de Favelas, o projeto *Povos Indígenas do RN* — coordenado pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e dedicado aos sete povos indígenas do estado (POVOS INDÍGENAS DO RN, 2020) — já existia antes da pandemia, mas articulou um acervo especial para tratar do tema. Em relação à Covid-19, a iniciativa possui uma plataforma independente de monitoramento sistemático do avanço da doença nas aldeias, contando com gráficos, tabelas e mapas interativos inéditos vinculados ao Google Maps (Imagen 4 e Imagen 5). Além disso, o acervo conta com um levantamento de páginas da internet, uma retrospectiva histórica do enfrentamento da doença pelos indígenas e indicações de canais para contribuição com as comunidades. O *Povos Indígenas do RN* não se utiliza da técnica de *crowdsourcing*. Entretanto, os recursos digitais da construção e visualização de seu acervo original qualificam-no como um recurso ímpar para o estudo da Covid-19 sobre povos indígenas. Ainda que com traços de um arquivo formal, a iniciativa potiguar destaca-se como um arquivo informal por custodiar documentos residuais das instâncias arquivísticas tradicionais, mesmo que sob a iniciativa de acadêmicos.

Imagen 4 - Mapeamento da Covid-19 nas aldeias indígenas do Rio Grande do Norte



Fonte: Povos indígenas do RN (2020).

Imagen 5 - Mapeamento da Covid-19 nas aldeias indígenas do Rio Grande do Norte

RIO GRANDE DO NORTE					
ALDEIAS	CIDADE	SUSPEITOS	CONFIRMADOS	ÓBITOS	RECUPERADOS
Tapuia Paiacu - Tapuia Paiacu	Apodi	0	0	0	0
Caboclos (Caboclos)	Assú	0	1	1	0
Sagi (Potiguara)	Baía Formosa	0	1	0	1
Sagi Trabanda (Potiguara)	Baía Formosa	0	1	0	1
Jacu (Potiguara)	Baía Formosa	0	0	0	0
Catu (Potiguara do catu)	Canguaretama/Goianinha	0	17	0	17
Góis (Potiguara)	Jardim de angicos	0	0	0	0
Cachoeira/Nova Descoberta (Potiguara)	Jardim de angicos	0	0	0	0
Amarelão (Potiguara)	João Câmara	0	4	0	4

Fonte: Povos indígenas do RN (2020).

Ao historiador interessado no estudo da Covid-19, é inescapável a passagem por esses acervos. Considerando-se os critérios e o teor documental de arquivos tradicionais brasileiros — sem falar de arquivos formais de países desenvolvidos — a experiência das favelas, de aldeias indígenas ou o cotidiano íntimo de cidadãos

que compartilham seus registros via *crowdsourcing* tenderiam a perecer. Quanto à titularidade e aos responsáveis pelas iniciativas, nota-se uma importante presença de instituições públicas, por meio de arquivos, museus e universidades. Há também ambiciosas iniciativas de organizações da sociedade civil e de pessoas comuns, que procuram cultivar coleções de forma independente e desvinculada de critérios arquivísticos institucionalizados, o que impõe desafios à acessibilidade seja em relação à política de privacidade das plataformas, seja na viabilidade de recursos para armazenamento e acesso dessas coleções. Diferentes técnicas são empregadas na configuração dos acervos, do *crowdsourcing* aos que produzem conteúdos autônomos, como textos, gráficos e dados estruturados para análise de especialistas. Em todos os casos, emerge o sentido de disputa de narrativas e modulação de memórias veiculado no arquivo digital, que, em sua manifestação nato-digital e informal, atua como concorrente da hegemonia das políticas patrimoniais e arquivísticas tradicionais. Ainda que a compreensão desses arquivos envolva um esforço etnográfico individualizado, a prevalência do uso da técnica de *crowdsourcing* tem produzido um panorama social mais ou menos uniforme e imposto desafios compartilhados por boa parte das iniciativas no país.

A PRODUÇÃO DE REGISTROS DA PANDEMIA VIA CROWDSOURCING NO BRASIL

Ainda que se trate de uma análise preliminar, é possível delinear alguns aspectos que têm marcado essa produção de registros durante a pandemia. A principal situação social para se considerar é a medida da quarentena — adotada globalmente, mas com diferenças importantes para cada país e a cada contexto social. Até o momento, a condição de quarentenados tem sido a experiência central na produção desses documentos digitais, ainda que a experiência direta com a doença oriente parte dos projetos, como em *Inumeráveis* (PAVONI, [2020]). Temas como “confinamento”, “isolamento” e “quarentena” são chave para justificar e delimitar os projetos de coleta de registros. O já mencionado *Testemunhos do Isolamento* (AGCRJ, [2020]) descreveu a nova situação pelo “longo do período de isolamento social/quarentena” e na sua nova rotina. O coordenador do projeto *Sonhos confinados* (IANNINI, 2020) — que propõe coletar relatos de sonhos —, professor de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais Gilson Iannini, justifica a escolha da palavra “confinados” pois teria soado:

[...] atraente pela riqueza semântica, pela ambiguidade inerente a ela, que pra nós, psicanalistas, é uma vantagem. Estamos confinados, muitos de nós em casa; mas os sonhos também, no sentido dos projetos, ambições, planos, desejos que também foram suspensos (IANNINI, 2020, p. 104).

Há diversas iniciativas que trabalham a quarentena como condicionante central de certas práticas, como é caso de *Memórias de Quarentena* (ADUFC-Sindicato, 2021), que busca reunir um conjunto de textos de professores e atores sociais sobre as mudanças, enfrentamentos e tensões sociais em decorrência do isolamento e dos efeitos sociais da pandemia, e *Escola em quarentena* (BAZZO, 2020), que recolhe

relatos via grupo privado no *Facebook* de professores, alunos, profissionais de ensino, pais, mães e familiares sobre a vida cotidiana na pandemia.

As políticas de distanciamento social exigiram das instituições mais tradicionais, como museus e arquivos públicos e privados, mudanças tanto no uso de novas ferramentas digitais, comunicacionais, nas ações de publicização do material recebido como também nas ações frente à pandemia. Como discutido, a infraestrutura de arquivos digitais brasileiros é instável e precária, carecendo de políticas de digitalização e gestão de arquivos nato-digitais e de formas de financiamento estáveis. Seria possível que a urgência dos arquivos digitais da Covid-19 impulsionasse discussões no âmbito de arquivos públicos até então estagnados na definição de políticas digitais? Em entrevista ao Centro de Humanidades Digitais da Unicamp, os organizadores do projeto *Documentando a experiência da COVID-19 no Rio Grande do Sul* (RIO GRANDE DO SUL, [2020]), Clarissa Sommer e Rodrigo Weimer entendem que sim. A iniciativa, que congrega diversas instituições e é centralizada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, fez emergir questões importantes do universo arquivístico digital que, até então, não tinham sido encaradas — de parcerias institucionais à necessidade de estabelecimento de repositórios digitais confiáveis para a preservação de documentos nato-digitais.

Outras iniciativas, já mais familiarizadas ao meio digital, sentiram o impacto da Covid-19 no teor das suas coleções e atuações. Criado em 1991, o *Museu da Pessoa* (MUSEU DA PESSOA, [2020]) iniciou uma coleta de histórias de vida via internet, denominado de “espaço digital” em 1997. Em relação à pandemia, o Museu da Pessoa vem recebendo inúmeros relatos e histórias através do projeto “Conte sua História”. Um outro exemplo é o *Museu da Maré* (MUSEU DA MARÉ, 2021), que também já aliava meio digital e participação comunitária na produção de material bem antes da pandemia. Desde 1997, o museu busca valorizar as histórias dos moradores locais com exposições de vídeos, relatos orais, histórias de vida e objetos doados pelos próprios moradores. O Museu da Maré atingiu notoriedade nacional e internacional, tensionando a própria ideia de museu e coleção (FREIRE-MEDEIROS, 2006). Com o início da pandemia, o museu fechou para visitação. No entanto, a coleta de documentos prosseguiu, com a utilização de ferramentas digitais como formulários Google e WhatsApp.

Em projetos específicos criados para a pandemia, a condição digital de praticamente todos os processos não é posta em questão, mas ela se faz visível na busca de estratégias para vencer os desafios da produção de registros no contexto da quarentena. O recrutamento tem sido um dos principais desafios, já que o contexto de quarentena, especialmente nos períodos de fechamento mais duro das atividades, inviabilizou a ida a campo. Christine Ridarsky, presidente do Conselho da Association of Public Historians of New York State, atribuiu a essa inviabilidade a chamada por voluntários para produção de relatos (A NEW YORK MINUTE IN HISTORY, 10 abr. 2020). No Brasil, o recrutamento em geral foi feito por chamadas públicas, com uso prioritário das redes sociais, e, em alguns casos de projetos dirigidos por instituições maiores, com chamadas por meio de reportagens em jornais impressos, telejornais e portais de notícias. No caso de projetos de laboratórios de pesquisa ou comunitários, o uso da rede pré-existente de contatos foi a principal estratégia de recrutamento, como ocorreu nos projetos *Literatura Comunica* (LITERATURA COMUNICA, [2020]), *Aqui no meu quintal* (URBANO-IFCS/UFRJ, [2020]) e *Observatório Covid CEMI* (OBSERVATÓRIO COVID, [2020]). O projeto *Relatos da Pandemia* (RELATOS DA

PANDEMIA, 2020) desenvolvido no âmbito do campus de São Carlos do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, oferece aos participantes assessoria técnica e metodológica para a produção de relatos, deixando a linguagem (vídeo, áudio, desenho, pintura, texto, quadrinhos e outros) à escolha do colaborador. Outro exemplo é o projeto desenvolvido pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, *Relatos Sobre a Pandemia* (IFNMG, 2020), que solicita aos participantes que acessem um repositório online compartilhado e, a partir de certas informações, enviem relatos. O desenvolvimento de pequenos tutoriais, que não são apenas técnicos, mas também de estratégia de observação, responde ao aumento da responsabilidade de não especialistas na produção de registros.

A proliferação de autorregistros, evidente na cultura midiática mais ampla, foi um processo que teve como catalisador a condição de quarentena, mas que tem sido uma tendência vinculada à disponibilização de dispositivos individuais de registros digitais, como os *smartphones* (LEMOS, 2007). Ainda que se considere que haja um “mito da multidão amadora” (BRABHAM, 2012), a incorporação de novos setores no processo de produção e coleta de registros significa a consolidação de uma tendência à democratização dos registros para suporte de uma memória social. A tecnologia social de *crowdsourcing* é um indicativo dessa continuidade, que já estava consolidada como forma de coleta de registros e passou a ser usada em larga escala nos arquivos da Covid-19. Com a pandemia, várias instituições arquivísticas debutaram em projetos de *crowdsourcing*, projetos formaram “observadores” de registros para a construção de memória, e se criou um contexto para uma maior popularização da prática arquivística.

A centralidade da experiência da quarentena coloca questões relativas à representatividade do material que estará armazenado e disponibilizado no futuro. Se no *crowdsourcing* podemos ver uma prática que carrega demandas de democratização da memória, o contexto tão único da pandemia impõe questões à ideia de uma afinidade imediata entre esses dois termos. A vocação do *crowdsourcing* a formar uma alternativa ou oposição à memória oficial não deve nos fazer menosprezar os pontos cegos que podem estar sendo criados. A experiência da quarentena é desigualmente vivida¹ e isso fica evidente quando analisados os projetos direcionados às experiências dos moradores de periferias, favelas ou pessoas em situação de rua. Em sua maioria, são projetos que, ao relatar o cotidiano nesses territórios, tratam de denunciar a falta e a dificuldade que os moradores vêm tendo ao enfrentar os efeitos da pandemia. Ausência do poder público e descaso com a vida são a tônica dos relatos desses projetos. Por exemplo, o projeto *Radar Covid-19 Favelas* (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, [2020]), no Rio de Janeiro, tem reunido relatos de Agentes Comunitários de Saúde para fazer um levantamento das condições dos moradores frente à pandemia e os processos de atendimento à população. O *Painel Unificador Covid-19* (COMUNIDADES CATALISADORAS et. al., 2020) busca reunir dados de contágio da doença em 27 complexos e favelas do município do Rio de Janeiro (Imagem V). O projeto *Pandemia na Rua* (DSC/UNICAMP, 2020) de Campinas — conduzido por um grupo de pesquisadores da Unicamp —, recolhe memórias e narrativas dos trabalhadores e viventes da rua que enfrentam cotidianamente o perigo do contágio frente às necessidades do trabalho ou da falta de moradia. Também colaborativamente,

¹ Segundo o Datafolha, o período em que o isolamento (total ou parcial) foi mais intenso ele chegou a 72% da população, em abril de 2020 (ADESÃO..., 19 ago. 2020).

a iniciativa *Laboratório Emergência Covid-19* (LABORATÓRIO EMERGÊNCIA, [2020]), no Rio de Janeiro, procura soluções para problemas decorrentes da pandemia em regiões de favelas e áreas rurais. Tais projetos apontam para experiências desiguais, e seus registros são também denúncias e pedidos de auxílio para o enfrentamento da Covid-19 e de seus desdobramentos.

Imagem 6 - Painel Unificador COVID-19 nas favelas



Fonte: Comunidades catalisadoras et. al. (2020).

O foco no autorrelato coloca uma segunda camada de particularidade. À tendência de, na coleção do material desses projetos, haver um privilégio à experiência de quem viveu a quarentena, adiciona-se a de que as vidas e olhares registrados são majoritariamente das pessoas que se engajaram nesses projetos. Ocorre o mesmo que afirma Melissa Terras sobre os projetos de *crowdsourcing* de patrimônio cultural que “não são sobre massas anônimas de pessoas, eles são sobre participação convidada entre aqueles que estão interessados e engajados” (TERRAS, 2016, p. 423, tradução nossa). Se estamos diante do evento de maior impacto coletivo na história recente, o grupo de engajados é ele mesmo uma multidão, mas não deixa de ser uma multidão engajada em comparação a outra parte maior ainda, mas não engajada. Esse aspecto deve ser observado pois adiciona questões de gênero, classe e renda, além de tensões culturais e geográficas ao material que vem sendo coletado.

Os projetos com foco na produção de testemunhos, diários e relatos partem da existência da cultura da escrita de si. Imediatamente, podemos pensar no caráter limitador dos projetos com foco na escrita, considerando as desigualdades sociais relativas ao letramento.² A preocupação com esse fator limitador tem produzido uma

² A preferência pela escrita contradiz a cultura arquivística dos acervos digitais informais brasileiros, que costumam privilegiar documentos iconográficos — principalmente em acervos de redes sociais —, como demonstra a investigação de Nicodemo, Silveira e Marino (2021).

abertura a materiais de outras mídias. Ainda que seja perceptível que projetos com referenciais da escrita compartilhem essa preocupação, abrindo a possibilidade de envio de imagens, áudios e vídeos, por evocar a prática do diário, do testemunho, e por terem como interface tecnológica plataformas que privilegiam a escrita, como o e-mail ou formulário online, vieses de classe, renda e de gênero devem ser investigados. A escrita íntima que marca essa produção culturalmente é mais frequente entre as mulheres (RAOUL, 1989). Em uma apresentação sobre o projeto do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Beatriz Kushnir (2020) afirma que se tem registrado uma maioria de mulheres. Essa realidade é também relatada por Ana Carolina Maciel (2020), coordenadora da iniciativa *Memórias Covid-19* (MEMÓRIAS COVID-19, c2021), da Unicamp e por Sommer e Weimer (RIO GRANDE DO SUL, [2020]), do já mencionado *Documentando a experiência da COVID-19 no Rio Grande do Sul*. A mesma tendência pode ser vista no projeto de relatos *Relatos do cotidiano durante a pandemia*, com 71% relatos de mulheres (GAJANIGO; SOUZA, 2021).

Portanto, dois aspectos precisam ser observados sobre esse material. Ao mesmo tempo que ele pode carregar barreiras culturais no que se refere ao letramento e à prática da escrita reflexiva, ele é um tipo de escrita afim à condição subalterna. Se concordarmos com Marilda Ionta (2011) de que a escrita de si pode ser entendida como uma literatura menor — no sentido dado por Deleuze e Guattari —, essas marcas permitem dar acesso a narrativas desviantes, que produzem inconsistências significativas à memória oficial. Numa linha benjaminiana, como sugere Seligmann-Silva (2018, p. 140), a escrita de si, que trata do ordinário e do cotidiano, em seu componente de subalternização frente a uma escrita oficial e uma memória social chancelada hegemonicamente, possibilitaria a “recuperação da memória/identidade dos excluídos que agora reclamam o seu direito de voz”.

Há, também, aspectos mais sutis que parecem marcar a produção dos registros. O foco no olhar da janela/varanda reforça uma experiência da pandemia vivida no isolamento social e numa condição em que o autor do registro a observa de fora (LEFEBVRE, 2004). Esse foco também marca a centralidade da visão em relação à audição. Se considerarmos que na vida urbana há uma distribuição desigual do que pode ser visto e ouvido de casa, projetos focados na paisagem sonora, como o *Dinâmicas sociais e suas sonoridades: a percepção da paisagem sonora de São Luís durante a pandemia de Covid-19* (GRUPO DE PESQUISA EM ESTRATÉGIAS AUDIOVISUAIS NA CONVERGÊNCIA, 2020), podem oferecer outros pontos de registro. Alternativo ao paradigma da janela, o projeto *Aqui no meu quintal*, do Laboratório de Estudos Urbanos da UFRJ, detalha que o quintal “pode ser sua casa, seu prédio, sua rua, sua vizinhança, seu bairro. Todas as histórias sobre como a doença está afetando a vida no lugar onde você mora nos interessam” (URBANO-IFCS/UFRJ, [2020]).

Em estudo sobre um grupo de produção e coleta de relatos no *Facebook*, Gajanigo e Souza (2021) apontaram para alguns aspectos emocionais como marcas desses relatos. Uma certa sintonia emocional entre propositores e produtores dos registros em torno de uma expectativa de um trauma coletivo pode ser vista como uma das características desses materiais coletados. Nesse sentido, pode-se perguntar como esses registros irão imprimir as emoções envolvidas na experiência da pandemia de Covid-19. O quanto melancólico será esse material, o quanto de ódio ou medo (KOURY, 2020) ficará registrado, mas também como — ou, se — estará presente a indiferença, a negação do risco e a desconfiança em relação às políticas sanitárias.

Como sugeriu Beatriz Kushnir (2020), os vários pontos cegos que podem estar sendo produzidos têm sido em parte minimizados pelos próprios projetos, que vão se reorientando durante o curso do trabalho e por outras iniciativas que vão surgindo em busca daquilo que pode estar sendo ignorado. Considerando a pandemia como fenômeno global, a busca pelos registros representativos de sua diversidade tem sido possível pela multiplicidade de projetos e ferramentas. Nesse sentido, a construção de uma memória democrática do período depende da configuração de uma articulação entre esses agentes para identificação de desafios coletivos comuns, como parece ser o caso da dificuldade de se ter os registros daqueles que não partem da pandemia como experiência justificadora de registro. Que marcas e sobras das práticas podem ser coletadas e quem ajudará a contá-las?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses apontamentos, longe de pretender esgotar o tema, indicam que os problemas da transformação arquivística digital vão além dos dilemas infraestruturais da digitalização de acervos estatais ou privados. A proliferação de arquivos informais e o crescente interesse de instituições em coletá-los ou até de fazer uso de elementos “pouco formais” de coleta direta têm relação estreita com o processo de digitalização da vida cotidiana, especialmente no que se refere à propensão das plataformas de redes sociais como *Instagram* e *Facebook* na produção automatizada de coleções. É possível que muitas das iniciativas aqui destacadas não sigam adiante, enquanto outras, que não identificamos, possam emergir com sucesso. De todo modo, esses casos são válidos para que se retorne à hipótese de que os arquivos digitais não são somente imprescindíveis à escrita da história da Covid-19 como são eixos centrais para o questionamento dos critérios teóricos, metodológicos e políticos para a construção de uma história global da pandemia e das políticas de memória digitais no Brasil.

A experiência de arquivamento da Covid-19 no Brasil revela amplo potencial para uma revisão crítica aos parâmetros valorativos de registro e preservação de evidências do período. O que seria um arquivo valioso às imposições históricas da pandemia? O registro cotidiano, a capilaridade da colaboração via redes sociais, o acesso aos relatos de agentes históricos anônimos voluntariamente dispostos a cederem documentos a essas iniciativas caracteriza ricos recursos arquivísticos àqueles que buscam compreender esse cenário. A emergência de projetos arquivísticos informais, entretanto, não se limita à iniciativa e agência espontânea de novos personagens, agindo por conta própria no meio digital. Mesmo instituições de memória consolidadas, como universidade e arquivos estatais, têm recorrido a essas estratégias, por mais que as ferramentas de coleta e custódia apresentem um grau de informalidade e incerteza estranho às trajetórias arquivísticas mais formais. De certo modo, portanto, a experiência de arquivamento da Covid-19 é um indício de uma transformação arquivística no século XXI, na qual o digital emerge como eixo central.

Como apontou Dipesh Chakrabarty (2020), pode-se considerar a pandemia como o mais global dos acontecimentos da história, pela dimensão biológica devastadora que atingiu a toda a humanidade em um momento em que as condições tecnológicas comunicacionais já permitiam a interlocução global dessa experiência. Nesse sentido, a capacidade de reação e formulação de recursos arquivísticos para a preservação das evidências viu-se face a um desafio inédito, que também se mostrou como uma

oportunidade. Como registrar e preservar as experiências daqueles que, na estrutura arquivística convencional, pereceriam no tempo? O desafio da história global face ao mais global dos acontecimentos passa por esse dilema. À pandemia de Covid-19, o arquivamento informal aparenta ser uma forma de preservação das evidências efetiva, embora haja desafios importantes na compreensão dos critérios, ferramentas e agentes envolvidos na sua viabilização. O panorama brasileiro mostra-se de alguma forma periférico ou pouco importante em termos de potenciais arquivos digitais da Covid-19? Certamente não. As experiências plurais, criativas e até então bem-sucedidas dos arquivos brasileiros tensionam a percepção da experiência regional como um espaço periférico e menos importante em termos globais. Com efeito, é seguro dizer, por exemplo, que sem o impulso de arquivamento informal dessas iniciativas não haveria registros duradouros da pandemia nas favelas e comunidades de periferias urbanas brasileiras — que, aliás, compõem grande parte da população do país. Enfrentando o arquivo digital como um problema da história global, a experiência brasileira tensiona as concepções de posição periférica ou coadjuvante em relação a um pretenso centro europeu, estadunidense ou de países desenvolvidos no geral.

A história da Covid-19 deverá implicar uma reestruturação institucional do conhecimento (CONRAD, 2017), e assim poderá eleger o Brasil, a América Latina e outros lugares considerados periféricos enquanto eixos centrais de análise, pela intensidade e dramaticidade com que essas populações viveram a pandemia. A mudança de perspectiva geográfica não basta por si, pois também deve considerar uma mudança substantiva de ponto de vista a partir do qual a história é contada (RIOJAS; RINKE, 2017). Este será então o paradoxo último dos nossos tempos: independentemente do local, as histórias são globais em seu ímpeto em direção a uma desigualdade social crescente e acelerada. Por consequência, nos lugares onde a desigualdade é vivida de forma mais dramática, como no Brasil, existe maior potencial para produção de histórias de valência global. No entanto, o paradoxo se redobra, pois, a invisibilidade e a precarização crescentes também geram falta de recursos para que as histórias sejam adequadamente registradas e contadas. Assim será necessário incorporar os problemas de justiça social nos e dos arquivos, numa luta que será invariavelmente por memória justa e reparação dos entes públicos e privados corresponsáveis pelo maior desastre dos nossos tempos.

REFERÊNCIAS

A NEW YORK MINUTE IN HISTORY: Documenting a pandemic in real time. Entrevistadores: Devin Lander e Lauren Roberts. Entrevistados: Christine Ridarsky e Matthew Urtz. Albany: WAMC Podcasts, 10 abr. 2020. Podcast. Disponível em: <https://wamcpodcasts.org/podcast/documenting-a-pandemic-in-real-time-a-new-york-minute-in-history/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ADESÃO ao isolamento social cai, diz Datafolha. G1, Rio de Janeiro, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/08/19/adesao-ao-isolamento-social-cai-diz-datafolha.ghhtml>. Acesso em: 23 dez. 2020.

ADUFC-Sindicato. Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará. Memórias de quarentena. Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://adufc.org.br/memorias-de-quarentena/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de, Júnior. O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história, São Paulo: Intermeios, 2019.

ALVES, Daniel Ribeiro. As Digital Humanities como uma comunidade de práticas: entrevista com o professor Daniel Alves (IHC/NOVA FCSH). [Entrevista cedida a] Israel Aquino. Aedos, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 740-761, ago. 2020.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Testemunhos do isolamento. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/testemunhos-do-isolamento>. Acesso em: 3 dez. 2020.

AUERBACH, Adam. Informal archives: historical narratives and the preservation of paper in India's urban slums. *Studies in Comparative International Development*, New Brunswick, v. 53, n. 3, p. 343-364, set. 2018.

BARICELLO, Eugênia; CARVALHO, Luciana. Entendendo as mídias sociais digitais a partir da ideia mcluhaniana de medium-ambiente. *MATRIZes*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 235-246, jan./jun. 2013.

BAZZO, Juliane [blog Primavera nos dentes]. Escola em quarentena: um registro antropológico de memórias educacionais. Grupo Privado, 554 membros. Facebook [EUA]. [Criado] 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/614331212485382/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BAZZO, Juliane. [Blog Primavera nos dentes]. Escola em quarentena: um registro antropológico de memórias educacionais. Grupo Privado, 554 membros. Facebook [EUA]. [Criado] 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/614331212485382/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BELLOTTO, Heloísa L. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRABHAM, Daren C. The myth of the amateur crowd. *Information, Communication & Society*, London, v. 15, n. 3, p. 394-410, 2012.

BRIDGING, The IFPH–FIHP Blog [Editorial]. International Federation For Public History–Fédération Internationale pour l’Histoire Publique (IFPH-FIHP). Mapping public history projects about COVID 19. Marselha: Hypothèses.org. [OpenEdition]. Publicado em 31 ago. 2020. Disponível em: <https://ifph.hypotheses.org/3276>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRÜGGER, Niels; SCHROEDER, Ralph (ed.). *The Web as History: Using Web Archives to Understand the Past and the Present*. Londres: UCL Press, 2017.

BUSA, Roberto, S. J. Index Thomisticum. Corpus Thomisticum. Dirigido pelo Prof. Enrique Alarcón, Pamplona: Universidad de Navarra, Departamento de Filosofía, Fundación Tomás de Aquino, 2005. Disponível em: <http://www.corpusthomisticum.org/it/index.age>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CHAKRABARTY, Dipesh. An era of pandemics? what is global and what is planetary about COVID-19. Critical Inquiry, Chicago, 16 out. 2020. Disponível em: <https://critinq.wordpress.com/2020/10/16/an-era-of-pandemics-what-is-global-and-what-is-planetary-about-covid-19>. Acesso em: 3 dez. 2020.

COMUNIDADES CATALISADORAS et. al. Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, 2020. www.favela.info Painel unificador COVID-19. Disponível em: https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/?fbclid=IwAR-1nlKirS_3KkGaPefTVoLulZMRn6Cbgo7NBoWbdQVPmEeddm7xXk0Zt0z0. Acesso em: 22 dez. 2020.

CONRAD, Sebastian. Historia Global: agendas y perspectivas. In: RIOJAS, Carlos; RINKE, Stefan (org.). Historia Global: perspectivas y tensiones. Stuttgart: Hans-Dieter Heinz, 2017. p. 28-39.

CONRAD, Sebastian. What is Global History? Princeton: Princeton University Press, 2016.

COOK, Terry. O passado é prólogo: Uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. Pensar os arquivos: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 17-83.

COVID-19 in Latin America: a humanitarian crisis [Editorial]. The Lancet, Oxford, v. 396, n. 10261, p. 1463, nov. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32328-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32328-X/fulltext). Acesso em: 9 dez. 2020.

DAVIS CENTER [The Davis Center for Russian and Eurasian Studies], Cambridge, Universidade de Harvard. The Imperia Project: maps. data. questions. notes. insight. 2018. Disponível em: <https://imperia.omeka.fas.harvard.edu/about>. Acesso em: 26 maio 2021.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA/UNICAMP (DSC/UNICAMP). Pandemia na rua. Estudo avaliativo do enfrentamento à Covid-19 realizado por equipes de Consultório na Rua no Brasil. Campinas, [Atualizado] 20 out. 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/dac.unicamp.br/pandemianarua/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 3 dez. 2020.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DICIONÁRIO DE FAVALAS MARIELLE FRANCO. Coronavírus nas favelas. Rio de Janeiro, 1 jun. 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coronav%C3%ADrus_nas_favelas. Acesso em: 3 dez. 2020.

FICKERS, Andreas. Towards a new digital historicism? doing history in the age of abundance. *Journal of European History and Culture*, Oxford, v. 1, n. 1, p. 19-26, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1986.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 38, p. 49-66, jul./dez. 2006.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Radar COVID-19 favelas. In: *Observatório Covid-19: informação para ação*. Rio de Janeiro: Fiocruz, [2020]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>. Acesso em: 22 dez. 2020.

GAJANIGO, Paulo; SOUZA, Rogério. A Pandemia e o Ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos Estado e Sociedade, Brasília, v. 36, n. 1, p. 37-60, jan./abr. 2021.

GONZÁLEZ-PADILLA, Daniel; TORTOLERO-BLANCO, Leonardo. Social media influence in the COVID-19 Pandemic. *International Brazilian Journal of Urology*, Rio de Janeiro, v. 46 (Supl. 1), p. 120-124, jul. 2020.

GRUPO DE PESQUISA EM ESTRATÉGIAS AUDIOVISUAIS NA CONVERGÊNCIA (G-Peac). Núcleo de Estudos em Estratégias de Comunicação, Universidade Federal do Maranhão (Neee-UFMA). Pesquisadores aplicam questionário sobre a sonoridade ludovicense durante a pandemia [Notícia]. Questionário: Dinâmicas sociais e suas sonoridades: a percepção da paisagem sonora de São Luís durante a pandemia de Covid-19]. São Luís, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=56522>. Acesso em: 3 dez. 2020.

GULDI, Jo; ARMITAGE, David. *The History Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

IANNINI, Gilson. Sonhos confinados: uma pesquisa sobre a vida onírica no contexto de uma pandemia. [Entrevista cedida ao] Corpo editorial. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 103-113, 2020.

IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Teófilo Otoni). Ministério da Educação. Relatos sobre a pandemia. 2020. Disponível em: <https://ifnmg.edu.br/mais-noticias-teofilo-otoni/565-teofilo-otoni-noticias-2020/23875-projeto-narrativas-pessoais-convida-para-relatos-da-pandemia>. Acesso em: 3 dez. 2020.

IONTA, Marilda. A escrita de si como prática de uma literatura menor: Cartas de Anita Malfatti a Mário de Andrade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 91-101, jan./abr. 2011.

IUMATTI, Paulo; NICODEMO, Thiago L. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018.

JARVIS, Lee. Remember, remember, 11 September: memorializing 9/11 on the Internet. *Journal of War & Culture Studies*, Londres, v. 3, n. 1, p. 69-82, 2010.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O Covid-19 e as emoções: pensando na e sobre a pandemia. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 19, n. 55, p.13-26, 2020.

KUSHNIR, Beatriz. Por um memorial da Covid-19. Youtube, Canal do Centro de Humanidades Digitais Unicamp. Campinas, 17 dec. 2020. 1 vídeo (2h43min) [entre 08:19 e 19:40 min]. Disponível em: <https://youtu.be/9SqQ-LF7nuA>. Acesso em: 22 dez. 2020.

LABORATÓRIO EMERGÊNCIA, COVID-19. 3^a ed. Inflexão: estratégias e novas narrativas. Resende: Silo, arte e latitude rural, [2020]. Disponível em:<https://labdeemergencia.silo.org.br/3ed/pt/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

LEFEBVRE, Henri. *Rhythmanalysis: space, time and everyday life*. Londres: Continuum, 2004.

LEMOS, A. Comunicação e práticas sociais no espaço urbano: as características dos Dispositivos Híbridos Móveis de Conexão Multirredes (DHMCM). *Comunicação, Mídia e Consumo*, Porto Alegre, v. 4, n. 10, p. 23-40, 2007.

LITERATURA COMUNICA. Um projeto de incentivo à leitura e comunicação popular. Rio de Janeiro: Literatura Comunica!, [2020] Disponível em: <https://literaturacomunica.com.br/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MACHADO, Renato; CARVALHO, Daniel; TEIXEIRA, Matheus; CANCIAN, Natália. Governo deixa de informar total de mortes e casos de Covid-19; Bolsonaro diz que é melhor para o Brasil. *Folha de São Paulo*, Brasília, 6 jun. 2020, Saúde. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaudade/2020/06/governo-deixa-de-informar-total-de-mortes-e-casos-de-covid-19-bolsonaro-diz-que-e-melhor-para-o-brasil.shtml?origin=folha>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MACIEL, Ana Carolina. Por um memorial da Covid-19. 2020. Youtube, Canal do Centro de Humanidades Digitais Unicamp. Campinas, 17 dec. 2020. 1 vídeo (2h43min) [entre 08:19 e 19:40 min]. Disponível em: <https://youtu.be/9SqQ-LF7nuA>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MEMÓRIAS COVID-19. Plataforma online para compartilhamento de testemunhos sobre a pandemia. [S. I.]. Instagram: @ memoriascovid19 [Perfil], c2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/memoriascovid19/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MORETTI, Franco. *Distant reading*. Edinburgh: Verso, 2013.

MUSEU DA MARÉ. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), 2020. Disponível em: <https://www.museudamare.org>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MUSEU DA PESSOA. São Paulo: Instituto Museu da Pessoa.net, [2020]. Disponível em: <https://museudapessoa.org/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

NICODEMO, Thiago Lima; SILVEIRA, Pedro Telles; MARINO, Ian Kisil. Digital resources: digital informal archives in contemporary Brazil. Oxford Research Encyclopedia of Latin American History. Oxford: Oxford University Press, 2021. p. 1-24.

OBSERVATÓRIO COVID. Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, [2020]. Disponível em: <https://cemiuicamp.com.br/observatorio-covid-19/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. Transparência COVID-19 2.0: dados abertos podem salvar vidas. Londres; São Paulo: Open Knowledge Foundation, 2020. Disponível em: <https://transparenciacovid19.ok.org.br/v2/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

PAVONI, Edson. INUMERÁVEIS: Memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil. [S. I.], [2020]. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

POVOS Indígenas do RN. Mapeamento das comunidades/aldeias indígenas do Rio Grande do Norte. Mapeamento das comunidades/aldeias indígenas do Rio Grande do Norte. 2020. CCHLA, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://cchl.ufrn.br/povosindigenasdorn/index.html>. Acesso em: 11 dez. 2020.

RAOUL, Valerie. Women and Diaries: Gender and Genre. *Mosaic: A Journal for the Interdisciplinary Study of Literature*, v. 22, n. 3, p. 57-65, 1989.

RELATOS DA PANDEMIA: oficina de percepção e expressão em tempo de distanciamento social [notícia], 21 de maio de 2020. Disponível em: <https://scl.ifsp.edu.br/index.php/ultimas-noticias/845-relatos-da-pandemia-oficina-de-percepcao-e-expressao-em-tempo-de-distanciamento-social.html>. Acesso em: 22 dez. 2020.

RELATOS do cotidiano durante a pandemia. 2020. Facebook. Grupo Privado, 547 membros. Criado 9 mar. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/2261561834146786/?_rdc=2&_rdr. Acesso em: 22 dez. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado (APERS). Projeto Documentando a experiência da COVID-19 no Rio Grande do Sul: você vive a história em tempo real, colabore para registrá-la. Organizado por Clarissa Sommer e Rodrigo Weimer. Porto Alegre: APERS, [2020]. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/documentando-covid19-rs>. Acesso em: 22 dez. 2020.

RIOJAS, Carlos; RINKE, Stefan. Estudio Introductorio. In: RIOJAS, Carlos; RINKE, Stefan (org.). *Historia Global: perspectivas y tensiones*. Stuttgart: Hans-Dieter Heinz, 2017. p. 7-26.

ROSENZWEIG, Roy. *Clio Wired: the future of the past in the digital age*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SABHARWAL, Arjun. *Digital curation in the digital humanities: preserving and promoting archival and special collections*. Waltham: Chandos Publishing, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2018.

TERRAS, M. *Crowdsourcing in the digital humanities*. In: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (ed.). *A new companion to digital humanities*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2016. p. 420-439.

URBANO, Laboratório de Estudos da Cidade. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). *Aqui no meu Quintal*. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://mapacolaborativo.org.br/universidade/urbano-laboratorio-de-estados-da-cidade-ufrj-aquinomeuquintal/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

VALENTE, Mariana Giorgetti. *Introdução: Notas gerais sobre a digitalização de acervos no Brasil*. In: FREITAS, Bruna Castanheiras de; VALENTE, Mariana Giorgetti. *Memórias digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 7-55.

VARAL DE EMOÇÕES. *Diário virtual sobre o período do Covid na favela da Rocinha*, criado por duas moradoras! Rio de Janeiro. Instagram: @varaldeemocoes [Perfil], 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/varaldeemocoes/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

WESLEY COTA, Phd. Website do autor. Viçosa, [2020]. Disponível em: <https://wesleycota.com/> Acesso em: 23 jan. 2021.

WIMMER, Mario. *The Present as Future Past: anonymous history of historical times*. *Storia della Storiografia*, Pisa, v. 68, n. 2, p. 165-184, 2015.

NOTAS DE AUTOR

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Ian Kisil Marino. Rua Maracáí, 242, 01534-030, São Paulo, SP, Brasil.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: I. K. Marino; P. R. Gajanigo; R. F. de Souza; T. L. Nicodemo
Coleta de dados: I. K. Marino; P. R. Gajanigo; R. F. de Souza; T. L. Nicodemo
Análise de dados: I. K. Marino; P. R. Gajanigo; R. F. de Souza; T. L. Nicodemo
Discussão dos resultados: I. K. Marino; P. R. Gajanigo; R. F. de Souza; T. L. Nicodemo
Revisão e aprovação: I. K. Marino; P. R. Gajanigo; R. F. de Souza; T. L. Nicodemo

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Ian Kisil Marino, Paulo Rodrigues Gajanigo, Rogério Ferreira de Souza e Thiago Lima Nicodemo. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 28 de abril de 2021

Aprovado em: 14 de junho de 2021

Como citar: MARINO, Ian Kisil; GAJANIGO, Paulo Rodrigues; SOUZA, Rogério Ferreira de; NICODEMO, Thiago Lima. Como contar a história da Covid-19? Reflexões a partir dos arquivos digitais no Brasil. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 558-583, maio/ago. 2021.

